

>> *Relatos de Experiência*

O Colégio de Aplicação da UFRGS nos tempos da ditadura: memórias

Adolar Koch¹

Resumo:

O Colégio de Aplicação é lembrado através de uma narrativa que busca trazer para o presente experiências e vivências na área de ensino nos tempos da ditadura militar e civil brasileira. Para tanto, lança mão da ótica de contar histórias, com a perspectiva do dever de memória. São contadas experiências de sala de aula no ensino da história, a característica do Aplicação como colégio laboratório e a transição vivida pelo autor na mudança ocorrida no colégio no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. A experiência no ensino de história é vista como algo criativo e desafiador. E era assim que o Colégio de Aplicação valorizava seus docentes na época, oportunizando aprendizados novos e estimulando o processo criativo. O relato traz a memória do Aplicação, que, ao ser mais conhecida, ajuda a construir sua identidade nos seus rumos atuais. As experiências são abordadas na ótica do testemunho, que, ao lembrar sua história, contribui para o todo da instituição, do Colégio de Aplicação e da Universidade – UFRGS.

Palavras-chaves: Colégio de Aplicação. Colégio laboratório. Experiências de sala de aula. Ditadura. Dever de memória.

Application in the times of the dictatorship: memories.

Abstract: The School of Application is remembered through a narrative that seeks to bring to the present experiences and experiences in the area of teaching in the times of the Brazilian military and civil dictatorship. To this end, it makes use of the perspective of storytelling, with the perspective of the duty of memory. Classroom experiences in the teaching of history, the characteristic of the Application as a laboratory school and the transition experienced by the author in the change that occurred in the school in the late 1970s and early 1980s are told. The experience of teaching history is seen as both creative and challenging. And that's how the School of Application valued its professors at the time, providing opportunities for new learning and stimulating the creative process. The report brings the memory of the Application, which, as it is better known, helps to build its identity in its current directions. The experiences are approached from the perspective of testimony, which, by remembering its history, contributes to the whole of the institution, the College of Application and the University – UFRGS.

Keywords: College of Application. College laboratory. Classroom experiences. Dictatorship. Duty of memory.

¹ Doutor em História, professor do Departamento de História da UFRGS. E-mail: adolar.koch@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4729-6290>

Aplicación en los tiempos de la dictadura: memorias.

Resumen:

La Escuela de Aplicación es recordada a través de una narrativa que busca traer al presente experiencias y vivencias en el área de la enseñanza en los tiempos de la dictadura militar y civil brasileña. Para ello, hace uso de la perspectiva de la narración, con la perspectiva del deber de la memoria. Se relatan las experiencias de aula en la enseñanza de la historia, la característica de la Aplicación como escuela laboratorio y la transición experimentada por el autor en el cambio que se produjo en la escuela a finales de la década de 1970 y principios de la de 1980. La experiencia de enseñar historia es vista como creativa y desafiante. Y así es como la Escuela de Aplicación valoraba a sus profesores en ese momento, brindando oportunidades para nuevos aprendizajes y estimulando el proceso creativo. El informe trae la memoria de la Aplicación, que, como es más conocida, ayuda a construir su identidad en sus direcciones actuales. Las experiencias son abordadas desde la perspectiva del testimonio, que, al recordar su historia, contribuye al conjunto de la institución, de la Facultad de Aplicación y de la Universidad – UFRGS.

Palabras clave: Colegio de Aplicación. Laboratorio universitario. Experiencias en el aula. Dictadura. Deber de memoria.

As memórias como professor do Colégio de Aplicação me trazem um sentimento muito carinhoso com o colégio, pelo fato de ter pertencido ao Aplicação logo após a minha formatura no curso de história. Assim, o perfil de colégio laboratório foi uma oportunidade de experimentar o que seria estar em aula ensinando história. Estive no colégio nos anos de 1978 a 1982 como professor de história, tanto em turmas do 1º grau, como do 2º grau.

Inicialmente, vou trazer a época desse período que foi o tempo da ditadura militar e civil brasileira. A UFRGS não estava fora deste contexto, nem o Colégio de Aplicação. Quem estudou história nesse período da história do Brasil, que foi o meu caso, no curso de história da UFRGS, teve formação com influências do regime militar, no sentido de ter medo de estudar criticamente a história devido a perseguições políticas e ideológicas, principalmente para quem pensava e se pronunciava diferente da cartilha do regime ditatorial.

A minha formação no curso de história, com certeza, me acompanhou para sala de aula como professor, nas aulas dadas, bibliografias, conversas e posicionamentos políticos. E, claro, o medo também, de ser eventualmente “dedurado” pela polícia política da época. O cotidiano do professor tinha estas angústias, vivendo com medos de eventuais problemas de ser fichado, ou ser vítima de prisão devido a uma forma diferente de pensar. Alguns colegas estudantes do meu universo acadêmico foram levados para serem entrevistados, para obter informações sobre eventuais formas de pensar ou atividades que poderiam ser classificadas como “subversivas”. Um clima no sentido de ter cuidados com a forma de ensinar e com os conteúdos ensinados existia no Aplicação no meu período. Trago isto a partir da minha experiência da época, o que não me impedia de ensinar aquilo que eu acreditava, mas havia um sentido em tudo isso, que era a utopia de construir, através do ensino de história, um mundo melhor e mais consciente.

Quando foi criado o Colégio de Aplicação, este surgiu como integrante da antiga Faculdade de Filosofia. Havia uma necessidade de oferecer um espaço institucional para os chamados cursos de didática, para quem fazia a formação de licenciatura na UFRGS.

Já em 1946, o Decreto-Lei nº 9053, de 12 de março deste ano, criou o Ginásio de Aplicação nas faculdades de filosofia do país. Esta obrigação dos ginásios constava na constituição brasileira, no seu Artigo 180, destinado à prática docente aos alunos matriculados no curso de didática. Na sequência dos anos, o Colégio de Aplicação foi criado em 1954 (Portaria nº 39, de 19 de janeiro de 1954) e foi instalado oficialmente em 14 de abril do mesmo ano. Conforme consta no livro *25 anos de atividades da Faculdade de Filosofia*:

O Colégio de Aplicação tem irradiado suas experiências a diversos setores do meio pedagógico nacional, através de estudos teóricos e práticos sobre a organização curricular (1954-1958); da organização de classes experimentais do 1º Ciclo (1958) e, posteriormente do 2º Ciclo; da comunicação de experiências (1959-1961); de estudos sistemáticos sobre currículo, apresentados à 1ª Conferência Nacional de Currículo (Rio de Janeiro, 1963) e 1ª Conferência Estadual de Currículo (Porto Alegre, 1963); tudo em contribuição à Reforma do Ensino Secundário (HESSEL; MOREIRA, 1967, p. 24-25).

Entendo, a partir de minha experiência, que esta característica de colégio laboratório para os cursos de didática da UFRGS, no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, continuou valendo. Eu recebia estagiários do curso de licenciatura da UFRGS para a prática de ensino no colégio com muita frequência. Na perspectiva de colégio laboratório, tínhamos bastante cobrança para a apresentação de nossos planos de ensino, apresentados nas reuniões e debatidos na área de humanidades entre nós, professores, e a nossa coordenação, o que exigia de nós, professores de história, dedicação e criatividade para realizar as experiências de ensino.

A visão que eu tinha do Colégio de Aplicação foi que de fato se tratava de um colégio diferente, e isso aparecia principalmente com a sua identidade de colégio laboratório apresentada acima. Assim, os professores, em especial, nas atividades da área de humanidades, tinham o compromisso de trazer ideias novas em termos didáticos e de conteúdos e apresentar planejamentos de ensino bem detalhados. Na apresentação dos planos de ensino em reuniões da nossa área, estes eram avaliados com ampla troca de ideias. Inclusive, anualmente, o colégio realizava a semana de planejamento do novo ano acadêmico na primeira semana de janeiro, com a presença obrigatória de todos os professores. Nessa semana, também planejavamos as questões de ensino da nossa área de humanidades. Tínhamos também palestras, seminários e painéis, que visavam integrar o corpo docente e deixar tudo pronto para o novo ano letivo.

Como professor de história nessa época, em tempos de ditadura, eu me via como um ser crítico, que levava os alunos a reflexões críticas sobre a história que se estava vivendo não apenas em termos políticos, mas a fim de trazer a história real e os eventuais limites de um estado ditatorial, com ênfase nas restrições democráticas e de cidadania, sinalizando aos alunos o que poderia ser algo novo historicamente.

Os desafios surgiam em sala de aula. Me lembro, ao ser escolhido como professor conselheiro do grêmio estudantil através de eleição entre os alunos, que havia uma inquietação para debates e questionamentos em torno da atualidade política, que era de ditadura militar.

Em termos de didática e práticas de ensino em sala de aula, eu seguia a linha de leituras, trabalhos de grupos e debates. Quando, por exemplo, eu entrava em sala de aula para iniciar as nossas discussões, havia, normalmente, um clima de muita inquietação. Assim, partindo dessa realidade, a aula começava com a organização da inquietação e assim

por diante. Como professor, eu ajudava na organização do espaço físico para fazer trabalhos em grupo. O meu papel era também de circular, orientar e tirar as possíveis dúvidas sobre as questões escritas por mim e divulgadas no quadro-negro de giz. No final da aula, havia apresentações dos grupos com debates entre todos. A roda formada para debates era com efetiva cobrança dos resultados de cada grupo. E o resultado era normalmente muito eficaz. Aula, com o professor falando na frente da sala, dificilmente tinha eficácia, o que funcionava mesmo era o envolvimento dos alunos com tarefas e participação, com ênfase na realização de leituras e em saber expressar suas próprias ideias.

Na busca de lembranças de algumas experiências de ensino para relatá-las aqui, puxando por minha memória, me lembro que fiz, em turmas diferentes e anos intercalados, júris simulados, no caso, júris simulados de Getúlio Dornelles Vargas e Adolf Hitler. A ideia era de ampliar o estudo através de uma prática motivacional de sala de aula, uma vez que, pelo menos, estes dois personagens históricos eram e são polêmicos. O que também servia para um estímulo para se estudar os períodos históricos destes dois personagens. Esta ideia não visava o julgamento histórico em si, mas procurava entender o personagem histórico na sua época. Realmente havia o risco de julgamento, uma vez que era um júri, mas a prática do ritual exatamente visava o contrário, que, no estudo da história não se julga, todavia, se observa e se analisa com distanciamento a partir de seu olhar.

Na organização do júri depois da definição dos alunos que gostariam de defender e aqueles que gostariam de acusar, era elaborado um cronograma e feita a definição do dia do júri. Era combinado que haveria alguns meses para a preparação dos defensores e acusadores, que poderiam ser mais de um aluno para cada papel. A definição dos nomes dos alunos para a defesa e acusação era a partir de quem se apresentasse para tal, no caso, os primeiros, mas não se permitia mais de três alunos para cada função de defesa e de acusação (esta prática de estudo foi trazida por mim do Colégio Sinodal, em São Leopoldo, onde estudei no segundo grau).

Os simulados de Vargas oportunizaram para a defesa, pelo que me lembro, apresentar as suas realizações na área dos direitos sociais, e a acusação pegou a sua fase de ditador. Por aí, nada de novo, mas o debate com o corpo de jurados, realizado no final, com todos os alunos da turma, oportunizava entender que Vargas era, na verdade, vários Vargas, em períodos históricos diferentes: o fazendeiro da oligarquia gaúcha; o ditador do Estado Novo, e o presidente conciliador da década dos anos de 1950. Sem falar do aluno da UFRGS e da imagem do Vargas pós-suicídio. Como se dizia na época, existia: o Seu Getúlio; o Vargas; o Getúlio o “pai dos pobres” e, também, como era visto pela oposição, a “mãe dos ricos”.

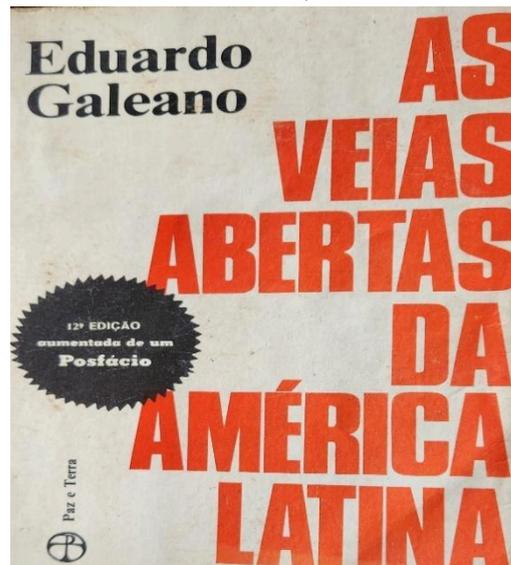
O debate final, estimulado pela simulação de acusação e defesa, na verdade, era o objetivo da atividade. Os alunos que assistiam ao ritual de defesa e acusação, inclusive, votavam no final se o personagem era culpado ou inocente. E até havia comemoração pelo lado vitorioso. Lembro-me que Vargas era inocentado com facilidade.

Nos simulados sobre Hitler, acontecia o contrário. Ele era condenado com facilidade. Assim, a própria defesa tinha dificuldades para defendê-lo, e a acusação tinha, normalmente, muita bibliografia, argumentos e documentos. Lembro que, num dos júris, o aluno, ao fazer a sua acusação, trouxe uma pilha de livros, tendo realizado ampla pesquisa em bibliotecas e um desempenho dedicado na hora da sua apresentação de acusação. A defesa, por sua vez, atuou com dificuldades para construir argumentos. Puxando pela minha memória, o debate final com os jurados revelava que a história, para ser entendida, quando se tratava de heróis e vilões, tinha o viés da polêmica.

Com certeza, os júris simulados de Vargas funcionavam muito melhor, comparado aos do Hitler. Repeti o júri de Vargas muito mais vezes, e deixei os de Hitler um pouco de lado. Incentivei a possibilidade de realizar mais simulados, no caso sobre eventos históricos, por exemplo: a vinda de D. João VI para o Brasil. Quem quer defender que foi boa para o Brasil, e quem quer defender que foi ruim?

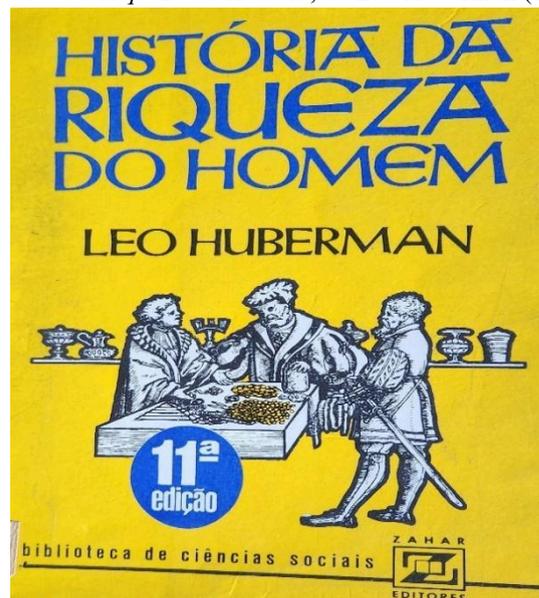
Outra atividade que criei, lembro e que fiz em várias turmas, foi a leitura obrigatória anual dos livros: *As Veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano (1981), e *História da Riqueza do Homem*, de Leo Huberman (1976). A tarefa era para cada aluno fazer estas duas leituras durante o ano e trazer suas anotações para um seminário de final de ano.

Figura 1: *As Veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano (1981).



Fonte: acervo do autor.

Figura 2: *História da Riqueza do Homem*, de Leo Huberman (1976).



Fonte: acervo do autor.

A intenção era de, além de estimular a leitura de livros que abordam a história, trazer para o estudo da história do Brasil a história da América Latina, também, como se formou o capitalismo no período histórico da Idade Moderna. É importante registrar aqui que o plano de ensino que abordava a História do Brasil do colégio era de conteúdos integrados à História da América e da História Moderna e Contemporânea. Assim, estas duas leituras complementavam o estudo da História do Brasil, que, na verdade, era o fio condutor das minhas aulas.

O conteúdo do livro Galeano oportunizava estimular a visão latino-americana para o Brasil, tendo em vista que o Brasil é pouco visto como latino-americano, trazendo a visão integrada do Brasil a respeito da América Latina, com as colonizações, no caso, diferenciadas entre a portuguesa e espanhola e as características culturais, sociais e econômicas que se aprofundaram no decorrer do tempo. Inclusive, a consciência da proteção indígena acarretava bons debates no final do ano letivo.

No caso do livro do Huberman, a ideia era entender melhor como se formou o capitalismo, uma vez que era o sistema econômico no qual o Brasil foi inserido historicamente ao ser colonizado. O livro era uma oportunidade para entender que o capitalismo como sistema é composto não só por um ordenamento econômico, mas também por valores culturais e realidade social, construído pela burguesia na transição do feudalismo ao capitalismo.

Nesse contexto de experiências em sala de aula e estímulo a atividades de pesquisa e leituras, inesquecível foi o dia em que, quando cheguei para entrar na sala de aula, a porta estava fechada e um enorme silêncio vinha lá de dentro. Fiquei na porta um tempinho, mas, ao abrir a porta, todos os alunos estavam sentados em círculo, com luzes apagadas em torno de uma montagem de ritual religioso africano, mais conhecido como “despacho de umbanda”. De início, foi assustador devido ao inesperado, mas o que foi trazido de maneira surpreendente pela turma oportunizou amplos debates e estudos na sequência sobre a história das religiosidades brasileiras, o sincretismo religioso, o contexto cultural na escravidão, e assim por diante. Esta reprodução feita em aula, que normalmente é feita em esquinas pela cidade, com velas acesas, inúmeros alimentos e materiais de ritual religioso, até trouxe, depois da aula, certo estresse à coordenação do corredor das salas do andar desta turma. O que fazer com este material todo, e logo religioso?

A atividade criada pelos alunos de uma turma com certeza não foi planejada, mas surgiu no universo do estímulo à criatividade que tínhamos como professores na área de humanidades. A área era formada por professores de geografia e de história. Tínhamos, nós, professores de história, também de assumir as disciplinas de EMC- Educação Moral e Cívica e OSPB- Organização Social e Política Brasileira, que, por decreto-lei, eram obrigatórias e impostas pela ditadura militar, mas não eram consideradas com carga horária específica, e, sim, diluídas nas disciplinas de história.

O Aplicação, naquela época, também valorizava muito a sua biblioteca. Tínhamos, como professores, a oportunidade de preencher listas, com regularidade, para indicar a compra de livros. E, após a compra dos livros, com muita frequência, a aula acontecia com visitas à biblioteca, espaço muito importante para a realização das aulas.

A transição que eu vivi e participei e vou relatar aqui foi a do Colégio de Aplicação do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. Quando eu comecei a lecionar no Aplicação, isto em 1978, o colégio era de uma convivência “familiar”, com muitas decisões próprias da direção. Isto era a sua cultura, a partir de sua história. Cabe deixar claro que, ao caracterizar o colégio à época, antes da transição, não estou diminuindo esta fase do colégio.

Apenas trazendo as suas características e diferenças para o que veio no transcorrer da transição e depois com uma nova fase.

O convite para dar aula no Aplicação era a partir de entrevista, não havendo concurso ou seleção mais ampla, tendo em vista que a contratação era para professor colaborador, que não caracterizava vínculo, e era um trabalho temporário, por semestre ou por ano. No meu caso, eu já tinha terminado a licenciatura em história e estava completando a minha formação com o bacharelado em história.

Houve uma divulgação no universo do curso de história que o Aplicação estava precisando de professor de história. Fui para a entrevista e fui contratado como professor colaborador. O colaborador recebia financeiramente por um contrato com pagamento por horas de trabalho. O vínculo com o colégio era precário e instável. Era comum estar no colégio, dar aulas por um semestre ou um ano e perder o trabalho de repente. Por exemplo, professora que iria ser mãe, era muito provável que perderia suas aulas no colégio.

O ingresso como aluno no colégio era por inscrições, ou convites com uma divulgação informal. Filhos de pais importantes do Rio Grande do Sul estudavam ali, também, filhos de professores e funcionários da UFRGS. Eram estes que tinham, de certa forma, acesso às vagas e prioridade para estudar no colégio.

Nesse contexto, a título de resgate da memória do colégio, aconteceu algo muito importante em sua história. Havia conversas em torno da situação de professoras gestantes, que poderiam perder seu emprego devido a esta situação de maternidade. Eu também seria pai, na verdade, não teria este problema pelo fato de ser homem, uma vez que meu filho nasceria em novembro do ano de 1980. Em conversas entre nós, professores, agendamos uma audiência com o pró-reitor de Graduação, que era o prof. Eloy Julius Garcia. Estávamos preocupados com a instabilidade de trabalho junto ao colégio de professores, em especial das professoras gestantes. No dia da audiência, fomos em comitiva, mas poucos aderiram. O prof. Eloy ficou bem surpreso, dizendo que não sabia desta realidade no colégio e remarcou, em uma semana, uma nova audiência para trazer uma resposta.

Quando voltamos para a audiência, a Pró-reitoria já tinha tomado várias iniciativas e providências. Na sequência, foram realizadas eleições diretas para a direção do colégio e vice-direção pela primeira vez e, a partir deste ano, o ingresso de alunos tornou-se via edital e com sorteio de vagas.

O Colégio de Aplicação, assim, começou a viver uma nova fase. Havia um sentimento na linha de construção de um novo projeto. A greve de 1980 nas universidades federais também trouxe o plano de carreira para os professores de 1º e 2º graus. E nós, professores, começamos a ter o vínculo com a ADUFRGS, que recém havia sido criada como Associação dos Professores da UFRGS.

A busca de lembranças de um período como este na minha jornada de professor de história no Colégio de Aplicação me traz o sentimento de como é importante o resgate de memória. Não é o conhecido “contar histórias”, mas, especialmente, o que se chama de dever da memória.

Ainda a importância de superar esquecimentos tem a sua relevância nos tempos atuais, quando a própria universidade, e como não dizer, todos nós, cidadãos brasileiros, estamos procurando ter mais consciência da nossa identidade na área da educação. Compreender o que somos, tornar mais conhecidas as nossas histórias, tornar mais presente os esquecimentos, isso também se aplica ao Colégio de Aplicação.

Nesse sentido, podemos ressaltar o autor, David Lowenthal, quando diz:

Identidade e memória estão indissociavelmente ligadas, pois sem recordar o passado não é possível saber quem somos. E nossa identidade surge quando evocamos uma série de lembranças. Isso serve tanto para o indivíduo quanto para os grupos sociais (SILVA, K; SILVA, H., 2005).

Assim, a nossa história dos anos de 1970 e 1980 não deixa de ser a nossa atual história. No caso, a minha memória, resgatada aqui com algumas lembranças, sem dúvida, não deixa de ser um belo exercício de luta. Trago relatos dos tempos de ditadura militar e civil brasileira, que procurava punir quem pensava diferente dela. O Colégio de Aplicação, na verdade, procurava ir além, dando o seu rumo e o seu significado para o que era ensinar.

Por fim, como professor do Colégio de Aplicação, honro o colégio, que me oportunizou aprendizados como professor. Quando trago a função laboratório do Aplicação no início deste texto, posso dizer que pude me “laboratizar” como professor tocando as minhas aulas. Foi, sem dúvida, uma experiência e vivência muito importante logo após a minha conclusão na licenciatura em história, algo que me acompanha até hoje, nos meus atuais 48 anos de magistério, destes, 45 anos na UFRGS.

Referências

GALEANO, Eduardo. **As Veias da América latina**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HESSEL, Lothar Francisco; MOREIRA Earle Dinis Macarthy (org). **Faculdade de Filosofia: 25 anos de atividade (1942-1967)**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1967.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editorial, 1976.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Editora Contexto. São Paulo, 2005.

Contribuições da autoria

Autor 1: Organização, Interpretação, Investigação e Redação

Data de submissão: 23/01/2024

Data de aceite: 12/03/2024